

## **EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

**Priscila Tavares dos Santos**

(Doutora em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Professora Pesquisadora Iniciativa Educação, Pobreza, Desigualdade Social MEC/UFF)

**Michelle Hanthequeste Bittencourt dos Santos**

(Doutora em Biociências, Programa de Pós-graduação em Biociências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Supervisora Iniciativa Educação, Pobreza, Desigualdade Social MEC/UFF)

**Rolf Ribeiro de Souza**

(Doutor em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, Coordenador Iniciativa Educação, Pobreza, Desigualdade Social MEC/UFF)

### **Resumo**

Neste texto propomos estabelecer uma análise dos contextos sociais de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família a partir de perspectiva processualista para compreensão das condições de acesso a recursos (públicos e privados). Focalizamos especialmente aqueles recursos viabilizadores da permanência desses alunos na escola e de elaboração de outras estratégias de reprodução para além daquelas da reprodução de sua condição de exclusão do acesso a direitos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos do ensino fundamental II de escolas públicas (estadual e municipal) no estado do Rio de Janeiro situados em diversos municípios. Para análise e compreensão dos dados adotamos o conceito de campo de ação proposto por Oliveira Filho que considera os princípios objetivantes das ações de sujeitos e os fluxos de investimentos na constituição de alianças, contraposições e rearticulação de estratégias orientadoras de suas práticas. Esta pesquisa correspondeu a um dos três pilares (formação continuada, pesquisa acadêmica e difusão do conhecimento) no âmbito do Curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social oferecido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação e contou com recursos financeiros e bolsa de pesquisa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**Palavras chave:** Escola Pública. Pobreza. Desigualdade Social. Políticas Públicas.

### **Introdução**

Neste artigo, propomos refletir sobre as condições de acesso a recursos públicos e privados, contextuais, ocasionais e temporariamente apropriados por crianças e adolescentes em situação de pobreza, com destaque para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A questão valorizada para análise se coaduna aos objetivos propostos pela Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) inserida no contexto da Política Nacional de Formação dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica e da

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Rede Nacional de Formação Continuada dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor), ambas instituídas pelo Decreto nº 6.755/2009.

A Iniciativa EPDS teve início a partir da “constatação da persistente existência da pobreza no país” que, desde 1992, segundo dados do PNAD (2012), têm apontado para um grupo crescente e significativo da população brasileira (cerca de 45% da população) que tem vivido em situação de pobreza ou de extrema pobreza, totalizando aproximadamente 22.230 mil pessoas. (MEC, 2014: 8)

Criada com o objetivo de analisar as relações diretas entre educação, pobreza e desigualdade social, pilares considerados fundamentais a ruptura com os processos de reprodução da desigualdade no país, a Iniciativa EPDS selecionou dois grupos de universidades que já contavam com curso em Pedagogia/Educação para promover a “práxis em torno de princípios político-ético-emancipatórios assentados no direito à vida, à igualdade e à diversidade”. (MEC, 2014: 10)

Os grupos selecionados de universidades foram estimulados a desenvolver atividades de formação continuada de professores, de difusão do conhecimento e ainda a realização de pesquisas acadêmicas, como ferramenta prioritária na aproximação e estimulação do diálogo entre estudos teóricos e contextos sociais marcados pela exclusão. No caso do grupo composto por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense sua composição multidisciplinar (contando com professores do ensino básico e também doutores em antropologia e biociências), o foco da pesquisa estava centrado em um estudo etnográfico a partir do qual propusemos analisar as condições de possibilidades de apropriação e de acesso a recursos diversos, muitos deles garantidores da sobrevivência desses sujeitos.

O recorte teórico-metodológico que adotamos não somente propunha deslocar o eixo analítico da pesquisa e dar voz àqueles que têm sido silenciado pelas análises que valorizam unicamente a perspectiva de seus porta-vozes e mediadores. Como pretendemos, colocamos em perspectiva central o papel criativo desses sujeitos na elaboração, apropriação e ressignificação de recursos diversos, segundo a capacidade de bricolagem de cada sujeito integrante das diferentes etapas da pesquisa. (LÉVI-STRAUSS, 1976)

Ao estabelecermos a perspectiva teórico-metodológica que adotamos, não podemos nos abster de apresentar ao leitor a noção de pobreza que norteou a análise e apreensão dos dados. Como consideramos, a pobreza se manifesta a partir de inúmeros aspectos, todos eles convergentes no que se refere à condição de expropriação e de exclusão no acesso a direitos fundamentais, tal como estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, de uma perspectiva histórica, a condição

de expropriação compartilhada pelos sujeitos desta pesquisa, todos alunos em situação de pobreza e de exclusão na condição de beneficiários do PBF, vem sendo traduzida a partir do uso da expressão pejorativa “pobres”. É mister rompermos com quaisquer visões estereotipadas e preconceituosas associadas a concepções moralizantes e civilizatórias que o termo “pobre” pode corresponder.

Chamamos atenção que ao adotarmos a perspectiva processualista e situacional evita de cairmos nos riscos que o uso naturalizado da expressão pode corresponder. Atentos às apreensões e julgamentos pejorativos e concepções valorativas e moralizantes que recorrentemente tem incidido sobre os modos de pensar e de agir desses sujeitos, advogamos ser fundamental trazer à tona os princípios que orientam as ações desses sujeitos em situação de exclusão para compreendermos o modo como os recursos disponíveis ou não podem ser apropriados e incorporados na elaboração de estratégias de reprodução social.

Ao valorizarmos a apreensão etnográfica dos dados, nos aproximamos dos sujeitos de pesquisa, permitindo inclusive evidenciar outras práticas de reprodução social, de compreensão de si e de elaboração de outras alternativas.

Pelo que pudemos compreender em situação de entrevista, o conflito no acesso e uso a recursos não estão restritos ao universo do público e do privado. Por vezes, como sinalizaram alguns dos entrevistados, os conflitos são reais e quase sempre o embate envolve redes de afiliações com o tráfico de drogas e com representantes locais de ideologias político-partidárias contrastivas. Falar em “pobreza” numa perspectiva local, no município, no estado do Rio de Janeiro, em especial nas escolas públicas (municipais e estaduais), é pensar nas possibilidades de articulação política que esta categoria pode corresponder. Como destacamos ao longo de nossa análise, a condição de “pobre” não é pacífica e imobilizante; pelo contrário, é a partir do reconhecimento de sua existência e da construção de um novo olhar sobre esses sujeitos que abrimos a possibilidade de intervenção e de mudança nesse ciclo histórico de reprodução-transmissão-perpetuação da desigualdade social no Brasil na qual a condição de pobreza é o legado. (NEVES, 2003)

Outrossim, refletir sobre os processos sociais de produção e reprodução da condição de exclusão social e de precarização de acesso a recursos (públicos ou privados) por estudantes reconhecidos como “pobres”, como investimos, constrange-nos a valorizar a capacidade criativa desses sujeitos na objetivação de projetos de reprodução social. (BOURDIEU, 2011a)

Valendo-nos da contribuição dos autores para compreensão da pobreza como um legado e dos fatores intervenientes nas condições de possibilidade de apropriação e uso de recursos diversos, deslocamos

o foco e abrimos a possibilidade de pensar os diversos recursos acionados por alunos beneficiários do PBF em diferentes contextos escolares e sociais no estado do Rio de Janeiro, considerando especialmente os princípios que orientam suas ações na elaboração de outras estratégias de reprodução social e, como desejemos, de projetos de mudança social.

Compreender quais recursos (públicos/privados) são viabilizadores ou não do acesso e permanência desses sujeitos na escola e de que maneira esses recursos podem ser por eles apropriados para elaboração de outros modos de vida, para além daqueles da reprodução de sua condição social. O que propomos, portanto, é a valorização de trajetórias sociais de indivíduos que, em tendo se beneficiado de alguns desses recursos públicos, elaboraram projetos individuais de mudança social. Neste texto, nos dedicamos a abordar o fenômeno da pobreza enquanto problema social e problemática de pesquisa que se manifesta especialmente nos diversos espaços escolares públicos no Brasil.

## **Metodologia**

A análise das condições de oferta e de acesso a esses recursos públicos e privados por alunos beneficiários do PBF, reconhecidos institucionalmente pela condição de pobreza e de extrema pobreza, permite trazer à tona processos de diversificação de estratégias de reprodução, tanto de práticas quanto de vínculos produtivos e de possibilidades de constituição de redes laborativas. Para chegar à compreensão dessas questões é necessário dar voz a esses sujeitos e acompanhar de perto os modos como constroem alternativas, reorganizam modelos de reprodução, segundo as condições de incorporação desses recursos diversos.

Essa perspectiva de análise e de apreensão dos dados que adotamos se aproximou do que Oliveira Filho (1988) propôs com o conceito de campo de ação para realizar estudos de caso junto a grupo indígena no Brasil. Por este investimento de pesquisa, o autor destacou a ação social enquanto ação política intencional de atores sociais. Assim, ao adotarmos como princípio teórico metodológico desta pesquisa o conceito de campo de ação proposto por Oliveira Filho (1988), nos dedicamos na análise dos princípios objetivantes das ações desses agentes em situação de tutela por instituições de assistência e como beneficiários de projetos e programas sociais.

As condições de atendimento às demandas individuais a crianças e adolescentes afiliados a escolas públicas da rede estadual e de cerca dos 60 municípios que esta pesquisa pode abranger não podem se encerrar nas fronteiras de um ou outro

recurso ou na nossa capacidade compreensiva de articulação de redes e de extrapolar fronteiras disciplinares e acadêmicas.

Os fluxos de investimento na constituição de alianças, contraposições e rearticulação de estratégias orientadoras de práticas sociais diferenciadas por esses alunos beneficiários do PBF chamam atenção igualmente para as contingências e para as interdependências, formalmente institucionalizadas ou não, acasos e investimentos externos inesperados que esses agentes sociais souberam reordenar em cada contexto, segundo objetivos próprios. A aproximação com os alunos reconhecidos por viverem em situação de pobreza ou pobreza extrema poderá permitir o abandono de algumas pré-noções. Ainda assim esperamos que o rompimento com certas visões sobre este “outro”, excluído, à margem, possam favorecer a compreensão do processo histórico de reprodução e manutenção da pobreza no estado e nas vicissitudes que projetos de mudança social colocam em jogo.

A pesquisa foi realizada considerando estratégias de coleta de dados quantitativos e qualitativos, visando complementar as lacunas de informações provenientes de estudos acadêmicos situacionais. Essa estratégia corresponde a importante alternativa de compreensão e relativização de formas de percepção das condições de vulnerabilidade social e de oferta precária de recursos por crianças e adolescentes em espaços de escolarização. Sobre os dados estatísticos, ciente dos riscos que sua utilização descontextualizada pode oferecer segundo nos alertam Neves (1997), Weber (2009) e Santos (2015), podem no entanto permitir compreender as condições de inserção e de participação desses alunos em diversos momentos da trajetória acadêmica em diferentes projetos sociais.

## **Resultados e Discussão**

As estratégias valorizadas desenvolvidas em aproximação às diretrizes da Iniciativa permitiram diagnosticar os contextos sociais nos quais os alunos beneficiários do PBF integram. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas pelos cursistas situados em cerca de 60 municípios em todas as regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro. A tabela abaixo permite identificar a amplitude que os dados abarcam. (Tabela 1)

**Tabela 1 – Número de cursistas distribuídos por regiões administrativas e municípios no Estado do Rio de Janeiro, Curso EPDS, 2018**

<b>Regiões Administrativas</b>	<b>Número de cursistas</b>
<b>METROPOLITANA</b>	
Belford Roxo	5
Duque de Caxias	12
Guapimirim	1
Itaboraí	22
Japeri	0
Magé	4
Mesquita	6
Nilópolis	1
Niterói	45
Nova Iguaçu	5
Paracambi	0
Queimados	5
Rio de Janeiro	87
São Gonçalo	62
São João de Meriti	2
Seropédica	0
Tanguá	4
<b>MÉDIO VALE DO PARAÍBA</b>	
Resende	1
Barra do Pirai	4
Barra Mansa	1
Itatiaia	0
Pinheiral	0
Pirai	0
Porto Real	3
Quatis	0
Rio Claro	0
Rio das Flores	1
Valença	1
Volta Redonda	0
<b>CENTRO-SUL FLUMINENSE</b>	
Areal	0
Comendador Levy Gasparian	0
Engenheiro Paulo de Frontin	0
Mendes	0
Miguel Pereira	0



Paraíba do Sul	1
Paty do Alferes	1
Sapucaia	0
Três Rios	0
Vassouras	0
<b>SERRANA</b>	
Cantagalo	0
Bom Jardim	1
Carmo	1
Cordeiro	0
Duas Barras	1
Macuco	0
Nova Friburgo	7
Petrópolis	3
Santa Maria Madalena	0
São José do Vale do Rio Preto	0
São Sebastião do Alto	0
Sumidouro	0
Teresópolis	0
Traiano de Morais	1
<b>NORTE FLUMINENSE</b>	
Campos	6
Carapebus	2
Cardoso Moreira	0
Conceição de Macabu	0
Macaé	0
Quissamã	2
São Fidélis	0
São Francisco de Itabapoana	1
São João da Barra	0
<b>NOROESTE FLUMINENSE</b>	
Itaperuna	3
Aperibé	0
Bom Jesus do Itabapoana	2
Cambuci	0
Italva	0
Itaocara	
Lajes do Muriaé	1
Natividade	1
Porciúncula	0
Santo Antônio de Pádua	1
São José de Ubá	0
Varre-Sai	0



COSTA VERDE	
Angra dos Reis	1
Itaguaí	0
Mangaratiba	0
Parati	1
BAIXADAS LITORÂNEAS	
Araruama	6
Armação de Búzios	0
Arraial do Cabo	1
Cabo Frio	7
Cachoeira de Macacu	0
Casimiro de Abreu	0
Iguaba Grande	1
Maricá	18
Rio Bonito	1
Rio das Ostras	1
São Pedro da Aldeia	3
Saquarema	7
Silva Jardim	1
<b>OUTROS*</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>367</b>

Fonte: Dados elaborados por Priscila Tavares, agosto de 2018.

\*Correspondem a 04 cursistas de outros Estados (02 de São Paulo e 01 de Minas Gerais e 01 Espírito Santo); 08 cursistas não informaram.

Os questionários foram elaborados segundo três eixos temáticos de pesquisa: Políticas públicas e desigualdade social; Saúde, meio ambiente e pobreza; e Práticas educacionais e (re)produção social. Em cada um desses modelos, elegemos um conjunto de questões comuns com o objetivo de traçar um perfil do entrevistado a partir de informações sobre composição familiar (idade, escolaridade, parentesco, profissão, renda mensal e afiliação a programas assistencialistas); condições de residência (bairro, tipo de imóvel e de construção, número de cômodos, localidade); informações sobre escolarização (nome da escola, tipo de rede, nível de escolarização) e condição atual do entrevistado (apenas estudante ou se estuda e trabalha).

Os cursistas receberam por parte da equipe de tutoria orientações quanto a abordagem e seleção dos entrevistados, o que permitiu compor um universo com mais de 820 entrevistados.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O Curso de Aperfeiçoamento EPDS foi oferecido de fevereiro a julho de 2018 na modalidade EAD e contou com 367 cursistas, dos quais 85% foram aprovados e certificados. O Curso foi organizado em 5 módulos, cada um deles abordando questões inerentes à compreensão da relação entre pobreza, educação e desigualdade social.

Nesta primeira etapa do Curso e da pesquisa foram aplicados questionários que tinham como principal objetivo o levantamento de dados situacionais sobre “Políticas públicas e desigualdade social”. Os dados assim obtidos permitiram identificar, em cada contexto de pesquisa, programas assistencialistas e seus beneficiários, traçando um diagnóstico do perfil desses estudantes (crianças e adolescentes) e dos efeitos produzidos tanto no espaço escolar, quanto na comunidade e ainda no acompanhamento de trajetória de alguns desses sujeitos. O conjunto de dados em vias de sistematização sobre este eixo temático chamam atenção para os processos impositivos de elaboração de políticas públicas assistencialistas e a compreensão dos modos de operacionalização e atendimento aos seus beneficiários. Além disso, permitiram, mesmo que de modo inicial, identificar os programas e seus beneficiários, traçando um diagnóstico do perfil dos estudantes e dos efeitos produzidos (no espaço escolar e na comunidade); e acompanhamento de trajetória de alguns desses sujeitos.

No segundo momento, foram aplicados questionários correspondentes ao eixo Saúde, meio ambiente e pobreza, a partir do qual puderam ser melhor delineadas as condições de acesso à saúde e ao meio ambiente equilibrado e as relações entre pobreza e degradação ambiental. Além disso, tivemos acesso a um conjunto de informações sobre as condições de saúde desses alunos. Esses dados chamaram atenção para a relevância de ações educativas e, principalmente, dos efeitos dessas doenças nos processos de reprodução da pobreza.

Por fim, em relação ao questionário sobre Práticas educacionais e (re)produção social buscamos valorizar processos relacionados às práticas pedagógicas e de gestão escolar em contextos de exclusão social e de (re)produção da desigualdade; destacando as concepções sobre a pobreza que orientam projetos pedagógicos e os modos como são pensados os currículos e elaborados os instrumentos de avaliação e estratégias de recuperação.

## **Conclusões**

Diante do relativo pouco tempo que tivemos para realização do Curso EPDS e da pesquisa, os dados aqui apresentados são preliminares e requerem análise mais aprofundada. Não obstante, algumas reflexões não podem deixar de ser tecidas no âmbito deste texto.

O papel da escola na transmissão de uma “cultura escolar” (Bourdieu, 2011b) tem colocado em evidência um conjunto de esquemas fundamentais que, em cada contexto, tem correspondido ao acionamento de princípios orientadores das ações e da colocação em prática projetos de reprodução social por vezes pautados na mudança social.

Os dados assim construídos permitem trazer à tona algumas reflexões sobre os processos sociais de produção e reprodução da condição de exclusão social e de acesso a recursos (públicos ou privados) por estudantes reconhecidos como “pobres”, não apenas para reforçar sua condição, mas para valorizar a capacidade criativa desses sujeitos na objetivação de projetos de reprodução social. (BOURDIEU, 2011a)

Especialmente, gostaríamos de colocar à reflexão algumas questões sobre como romper com o ciclo de reprodução da pobreza no país sem passar pela análise situacional de cada contexto escolar e dos recursos oriundo de programas e políticas públicas assistencialistas? Como compreender a pobreza sem dedicar um olhar atento e “de dentro” para os e nos grupos de alunos em situação de pobreza e extrema pobreza? Como podemos contribuir enquanto educadores e pesquisadores para a construção de uma nova realidade social marcada não mais pela reprodução da situação de exclusão, mas pela produção de trajetórias consideradas de sucesso e de mudança social?

Esse conjunto de questões se coadunam aos investimentos que realizamos numa tentativa de estabelecer uma definição sobre a “pobreza” em uma perspectiva local, valorizando em cada contexto, quais recursos são garantidores do acesso e permanência de crianças e jovens em situação de pobreza na escola.

Ao final da análise dos dados almejamos contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas ao combate e erradicação da pobreza e, de modo um pouco menos ambicioso, inspirar propostas pedagógicas menos excludentes e sensíveis às relações entre educação, pobreza e desigualdade social.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. A lógica da prática. In: *O senso prático*. 2 ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011b: 295-336.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.
- NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2, p. 149-173, 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: Ed. UFF, 1997.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nosso governo. Os ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- SANTOS, Priscila Tavares. *Campos de ação de agricultores de Vargem Grande, Teresópolis (RJ): princípios de afiliação e redes de interseção*. 2015. 250p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e



Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho. Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WERNECK, G.L. et al. Panorama dos estudos sobre nutrição e doenças negligenciadas no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n.1, p. 39-62, 2011.